

# Secretaria diz que não tem como cumprir lei

*Legislação que obriga a destinar 21% da arrecadação do ICMS ao ensino não tem como ser obedecida; professores entram no segundo dia de paralisação com 60% de adesão, segundo a Apeoesp*

A Secretaria Estadual da Educação admitiu ontem que não tem verbas para cumprir a lei orçamentária que destina 21% da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ao pagamento dos servidores da Educação. Os professores, diretores, supervisores e funcionários da rede entram hoje em seu terceiro dia de paralisação com uma adesão de cerca de 60% em todo o Estado, de acordo com estimativa do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo

## ALEGAÇÃO NÃO CONVENCE FELÍCIO

(Apeoesp). A secretaria não apresentou nova proposta durante a reunião com as entidades do magistério na noite de anteontem.

A alegação de que o governo chegou ao seu limite não convence aos professores, segundo o presidente da Apeoesp, Roberto Felício. "O Estado arrecadou, nos últimos três meses,

uma média de R\$ 1 bilhão por mês", disse Felício. "Deveriam ser destinados R\$ 210 milhões aos 310 mil trabalhadores da rede." Segundo Felício, o governo gastou uma média de R\$ 108,5 milhões entre os meses de janeiro e fevereiro com a folha de pagamento. "Se a lei fosse cumprida poderíamos reajustar os salários em 90%."

Segundo informações da secretaria, porém, explicou que o governo encontrou um caixa quebrado ao assumir. Além disso, se fossem computados os gastos com a manutenção da rede, com as universidades estaduais, com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e com o pessoal aposentado, o total implicaria em cerca de 50% da arrecadação destinados apenas à educação. O governo, porém, espera cumprir a lei até o final do ano.

Maurilo Claret/AE



Aluna na porta da escola Zuleika de Barros: cartazes de apoio à decisão dos professores de parar